

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO DO TRÂNSITO NA PESRPECTIVA DE PSICÓLOGAS DO INTERIOR DA ZONA DA MATA MINEIRA

Fábia Helen Martins Braga Barros¹
Leila Sílvia de Sousa¹
Cintia Mendes Assis²
Fernanda Bicalho Pereira²
Sirlon Martins da Silva³

fernandabicalhopereira@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

A avaliação psicológica é um dos métodos utilizados no processo para se obter a Carteira Nacional de Habilitação, sendo o psicólogo o responsável por avaliar a condição psicológica do indivíduo para adquiri-la. O exame psicotécnico, denominado pelo Código Brasileiro de Trânsito, possui o intuito de precaver acontecimentos trágicos à sociedade. O objetivo do presente estudo é analisar algumas características de profissionais de psicologia que atuam na avaliação psicológica no contexto do trânsito. Foi realizado um estudo descritivo, a partir de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, através da base de dados do Google Acadêmico e revistas periódicas sobre a saúde. Também foi feita entrevista semiestruturada, por meio de eletrônico, respeitando às normas de distanciamento em virtude da COVID 19. Percebe-se, neste estudo, a dificuldade de envolvimento dos profissionais que atuam na psicologia do trânsito com o desenvolvimento de saber científico.

PALAVRAS-CHAVE: Trânsito; Avaliação Psicológica, Psicólogo

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a Psicologia vem, a cada momento, fazendo-se ciência e profissão, evidenciando sua importância para a promoção e prevenção do bem-estar de todos. No Brasil, mesmo antes da legalização da

¹ Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice – UNIVERTIX – Matipó-MG.

² Psicóloga. Professora do Centro Universitário Vértice – UNIVERTIX – Matipó-MG.

³ Psicólogo. Professor do Centro Universitário Vértice – UNIVERTIX – Matipó-MG.

contribuíam para esse processo de legalização da profissão, como é o caso da Psicologia no Trânsito. Essa área da psicologia ganha destaque a partir da década de 1960, com a criação dos DETRANS (Departamentos de Trânsito), principalmente pelo fato de esses órgãos terem um papel principal na abertura de espaço para que o profissional da psicologia atue no sentido de prevenção e promoção de qualidade de vida no trânsito (SILVA, 2018).

Outro fato que contribuiu historicamente para o avanço da psicologia do trânsito, após a promulgação da Psicologia como profissão, em 1962, foi a criação do CFP (Conselho Federal de Psicologia) e dos CRP (Conselho Regional de Psicologia), por serem órgãos que atuam na regulamentação e fiscalização do exercício da profissão de psicólogos em todas as áreas e contextos. (SILVA, 2018). Conforme Silva (2018), os examinadores realizavam procedimentos “psicotécnicos” para concessão de carteira de habilitação. A prática, na verdade, se caracterizava como os primórdios da avaliação psicológica no trânsito.

Hoje, a avaliação psicológica é um dos instrumentos utilizados no processo de habilitação para a obtenção da CNH (Carteira Nacional de Habilitação). No exame, o psicólogo atua como um investigador do comportamento humano, com o intuito de verificar a capacidade da pessoa que está se submetendo a essa avaliação. Além disso, avaliam-se os resultados de eventos externos e internos investigados através dos diferentes instrumentos científicos utilizados (PAULA, 2016).

A história da Psicologia Brasileira também é marcada pela evolução da avaliação psicológica no contexto do trânsito, principalmente se entendemos o trânsito como um fenômeno do comportamento humano, composto e regulamentado por leis, com situações problemáticas e como campo de expressão de diferentes personalidades (SILVA, 2018). Assim sendo, a marca da avaliação psicológica e as modificações sofridas pela psicologia e pela sociedade em geral influenciaram diretamente nas mudanças dessas

avaliações, com o simples intuito de torná-las mais eficazes, seguras e

critérios. Assim, essas análises são capazes de auxiliar forma confiável na avaliação para qual é proposta (SILVA, 2020).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019) explica que, quando a pessoa se submete à avaliação psicológica para condutor veicular, são muitos os aspectos que devem ser considerados, permitindo ao psicólogo fazer as escolhas de testes que melhor poderão avaliar esses aspectos. Entre esses critérios estão a atenção concentrada, atenção dividida, atenção alternada, memória visual, inteligência e personalidade. Nessa avaliação, o psicólogo poderá tomar decisões classificando como apta ou inapta a pessoa avaliada para dirigir, seguindo os critérios preestabelecidos pela avaliação.

Para muitas pessoas, é também o primeiro e, talvez, o único contato que terão com um profissional da psicologia. Esse fato reforça a importância de se pensar sobre o fazer dessa profissão neste contexto.

Nesse sentido, apresentam-se as seguintes questões-problemas que serão norteadoras deste estudo: Quais são os desafios do psicólogo para atuação como avaliador psicológico do trânsito? Até que ponto o psicólogo é responsabilizado pelas práticas abusivas de direção e comportamentos de riscos no trânsito?

Como base nos questionamentos supracitados, este estudo tem como objetivo analisar as características de profissionais de psicologia que atuam na avaliação psicológica no contexto do trânsito. Essa análise é relevante, pois busca apresentar a importância dos testes na obtenção da CNH e da atuação do psicólogo no processo de avaliação, englobando aspectos da realidade social das pessoas candidatas a condutores de veículos.

É importante destacar que trabalhos com essa temática são essenciais para aprimorar os conhecimentos e a importância dessa avaliação para as pessoas que pretendem habilitar para a direção veicular em nosso país. Além disso, também, apresentam para os alunos do curso de Psicologia uma outra

área de atuação do psicólogo, avaliando os diferentes contextos por meio do Fórum Acadêmico da Univértix
19 a 23 de Setembro de 2022

uso de instrumentos psicológicos.

Este estudo terá uma abordagem qualitativa e, para tanto, será realizada entrevista utilizando questionário semiestruturado, com psicólogos que atuam na avaliação psicológica no contexto do trânsito.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para pensar em Avaliação Psicológica no contexto do trânsito, faz-se necessário, em um primeiro momento, entender o conceito dessa prática da Psicologia enquanto profissão, sendo importante observar o processo histórico científico pelo qual esta prática passou. Bueno e Peixoto (2018) conceituam avaliação psicológica como um processo, geralmente complexo, cujo objetivo é produzir hipóteses ou diagnósticos sobre uma pessoa ou um grupo. Trata-se de uma investigação do Profissional da Psicologia sobre o funcionamento intelectual, as características da personalidade, a aptidão para desempenhar uma ou um conjunto de tarefas, entre outras possibilidades. (BUENO e PEIXOTO, 2018).

A história da Avaliação Psicológica se confunde com a própria história da Psicologia. Testagens em larga escala começaram a ser usadas na China, há mais de 2.200 anos. Na França, no fim do século XIX, há registros do uso dos primeiros testes da era moderna. Já no Brasil, os primeiros laboratórios de Avaliação Psicológica são datados do início do século XX. (HUTZ, 2015).

Em 1890, o médico italiano L. Patrizi foi o pioneiro desenvolver uma atenção voltada para psicologia no trânsito. Com objetivo de evitar confusão atrito no trânsito, ele tinha a intenção de elaborar exames para condutores. (BIACHI, 2011; DORSCH, 1963). Há registros de que, em 1910, o psicólogo norte americano, Hugo Munsterberg levava motoristas a uma grande etapa de testes para avaliar o nível de inteligência e atenção para só, então, liberá-

los para conduzirem bondes na cidade de Nova Iorque. (SILVA,2012, BATISTA, 2022).

No Brasil, ações nesse sentido iniciaram-se com a entrada ferroviária e chegadas de carros de grande porte. No século XX, o investimento maior foi em cargo automobilístico em todas as esferas políticas (LAGONEGRO; 2008). Acredita-se que, na cidade de São Paulo, a aplicação da psicologia no trânsito iniciou-se pela iniciativa do engenheiro Roberto Mange, que selecionava os funcionários da estrada de Ferro sorocabana. Naquele momento, houve a criação do IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho. (HOFFMAN & CRUZ, 2003; SPAGNHOL,1985)

Em 1941, no primeiro código Nacional de Trânsito (Lei Federal nº 2994/ 19s41), ficam estabelecido os exames para a obtenção de condutor de veículo, sendo que o condutor deveria apresentar boas condições fisiológicas, patológicas e psicológicas. Após oito meses, foi alterado pelo decreto-lei nº 3651 que criou o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) (SILVA,2012).

Na década de 1950, a indústria automobilística foi incentivada por Juscelino Kubitschek e o automóvel passa a ser considerado como o melhor meio de transporte. Com isso foi necessária maior atenção na área de psicotécnica para a prevenção e diminuição de acidentes e também para a elaboração de normas para obtenção da habilitação. Nesse sentido, apenas os condutores que estavam envolvidos em acidentes eram submetidos à avaliação psicológica — naquela ocasião, exame psicotécnico (BATISTA, 2022).

No Rio de Janeiro, os psicólogos foram contratados pelo departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) para as primeiras avaliações por meio de provas. O decreto Lei Federal nº62.127/1966 determinava que cada estado do Brasil obtivesse seu DETRAN. Com isso, os psicólogos obtiveram um grande campo nessa área. (HOFFMAN E CRUZ,2006, SPAGNHOL,1985).

O processo de avaliação psicológica para o trânsito foi denominado



Matipó/MG

XV FAVE

Fórum Acadêmico da Univértix
19 a 23 de Setembro de 2022

“Exame psicotécnico”. No entanto, a partir da publicação do novo Código Brasileiro de Trânsito em 1998, a expressão foi substituída por “Avaliação psicológica pericial”. Atualmente é exigido título de especialista em Psicologia do

Trânsito regulamentado pelo Conselho Federal de Psicologia (DIÁRIO OFICIAL, 2008).

Outra importante mudança ocorrida em relação à capacitação do profissional é que as avaliações psicológicas passaram a ser realizadas somente por psicólogos que possuíssem curso de capacitação específico para a função de perito examinador de trânsito com carga horária mínima de 120 horas/aula (GOUVEIA *et al.*, 2002). Desde então, a avaliação psicológica no contexto do trânsito tem sido foco de discussão por causa da necessidade de estudar os procedimentos e instrumentos que vêm sendo empregados para avaliação de candidatos à carteira de habilitação.

O trânsito, atualmente, é um problema social que tem tomado grandes proporções. Segundo dados de pesquisas no ano de 2018 — pelo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação MTPA sobre Segurança nas Rodovias Federais —, 53,7% dos acidentes são provenientes da negligência ou da imprudência dos motoristas, sendo que 30,3% por desrespeito às leis de trânsito e 23,4% ou falta de atenção do motorista. Além disso, na mesma pesquisa, verificou-se que 30% dos casos de mortes registrados entre os anos de 2007 e 2016 são provocados pelo desrespeito. Logo, percebe-se que o comportamento do motorista acarreta mais acidentes e óbitos do que as condições das rodovias. Nesse sentido, o campo do psicólogo destaca-se, levando em conta que os problemas no trânsito ocorrem principalmente por “falhas humanas” (BRASIL, 2018).

A importância da Avaliação Psicológica no contexto do trânsito auxilia na prevenção e segurança da comunidade, juntamente com ações que irão propor aprendizagem para que todos tenham discernimento no trânsito, prevenindo acidentes e minimizando possíveis danos. Dessa maneira, a atuação do



Matipó/MG

XV FAVE

Fórum Acadêmico da Univértix
19 a 23 de Setembro de 2022

psicólogo nesse contexto requer uma investigação do comportamento humano para passar por esse processo da habilitação. Assim, com o propósito de contribuir para a prevenção e a segurança da comunidade, o futuro condutor deverá passar por testes psicológicos, que indicarão se ele está apto ou não

para a direção veicular. (PAULA, 2016).

De acordo com Alves & Gomes (2014), de forma geral, a avaliação psicológica é um processo técnico científico que pode ser realizado individual e/ou coletivamente. Diversas técnicas e instrumentos possibilitam obter informações sobre o psiquismo do indivíduo e medir características comportamentais e psicológicas em relação ao quesito trânsito. A avaliação psicológica está a cada dia transformando-se numa área de campo bastante respeitada, sendo definida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) como um processo científico e técnico relacionado à coleta e análise de dados. Por meio dela é possível investigar, descrever e mensurar características e processos psicológicos relacionados a emoção, afeto, cognição, inteligência, motivação, personalidade, respeito e personalidade do indivíduo na sociedade (BORSA, 2016).

Geralmente sendo entendida como uma área técnica, a psicologia é produtora de ferramentas profissionais, mas não somente isso. É também responsável pela operacionalização das teorias psicológicas em eventos observáveis (PRIME, 2016), abrindo o leque para integração da teoria na prática e, assim, permitindo que essa teoria possa ser testada e, até mesmo, aprimorada, contribuindo para a evolução do conhecimento na área, integrando ciência e profissão.

A avaliação psicológica no contexto trânsito, de acordo com o Conselho Nacional de Trânsito, é de caráter obrigatório, eliminatório e complementar para os candidatos à obtenção e mudanças da Carteira Nacional de Habilitação. Ressalta-se, também, que — segundo o manual de Avaliação Psicológica da resolução nº 012/00 — o perfil psicológico deve ser identificado e analisado com o objetivo de sintetizar e estabelecer convicções frente aos



Matipó/MG

XV FAVE

Fórum Acadêmico da Univértix
19 a 23 de Setembro de 2022

impasses como: nível de atenção; estímulos de psicomotricidade, audiovisual, psicofísicos e personalidade para se adequar a categoria requerida (MATTOS & SILVA, 2016).

Paula (2018) afirma que, com a aprovação do código Brasileiro de Trânsito, em 1997, sendo substituído pelo código Nacional de Trânsito em

janeiro de 1998, em visão geral, o trânsito passou a ter um sentido mais refinado. A partir de então, passaram a se concentrar não apenas os testes ligados ao processamento ao comportamentos e subjetividade, mas também comportamento de riscos. Dessa forma, o papel da avaliação psicológica passa a ser atuar preventivamente para reduzir as eventualidades de os motoristas a se colocarem em situação de perigo.

Entretanto, ocorreram mudanças em relação à capacitação do profissional para trabalhar na área. As avaliações podem somente ser realizadas por psicólogos que possuem curso de capacitação específico para a função de perito examinador de trânsito, além da exigência de título de especialista/especialização em Psicologia do Trânsito regulamentado pelo Conselho Federal de Psicologia. Essa determinação indica uma orientação aos profissionais de psicologia de atuar de forma preventiva, preditiva e responsável no processo de avaliação psicológica (SILVA, 2018).

No que diz respeito à legislação, a Resolução CFP 001/2019 institui exigências mínimas de qualidade respectiva à área da avaliação psicológica de candidatas (os) à CNH (Carteira Nacional de Habilitação) e motoristas de veículos automotores. (DIÁRIO OFICIAL, 2019). Sobre a avaliação psicológica, resolução afirma que:

§ 1º A avaliação psicológica de candidatas (os) à Carteira Nacional de Habilitação e condutoras (es) de veículos automotores será realizada nos padrões de uma avaliação psicológica pericial/perícia psicológica definida nesta Resolução. § 2º Os Conselhos Regionais de Psicologia serão responsáveis pela verificação do cumprimento desta Resolução, do Código de Ética Profissional e demais normas referentes ao exercício profissional da(o) psicóloga(o). § 3º A desobediência à presente resolução constitui falta ético-disciplinar passível de capitulação nos dispositivos referentes ao exercício profissional do Código de Ética Profissional da (o) psicóloga(o), sem

prejuízo de outros que possam ser arguidos. (DIÁRIO OFICIAL, 2019);

19 a 23 de Setembro de 2022

Apesar da área de atuação estar resguardada por lei, dentro do campo intelectual é bem diferente, pois existem poucos artigos relacionados ao tema. Essa constatação é sustentada por Silva e Alchieri (2007) que encontraram apenas 15 artigos periódico publicados entre a década de 1950 e 2006.

A mesma resolução, em seu Art. 2º, fala sobre a aprovação das normas e procedimentos para a perícia psicológica de candidatos que estão concorrendo à CNH. O referido artigo vai estar disposto em dois parágrafos, citados ao longo do presente estudo (DIÁRIO OFICIAL, 2019).

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva que, segundo Marconi e Lakatos (2009), visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve, também, o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionário e observação sistemática. Sendo possível, assim, analisar e interpretar os dados obtidos por meio do questionário aplicado para os psicólogos que atuam na avaliação psicológica no contexto do trânsito e fundamentar o trabalho de uma forma lógica e objetiva para se alcançar os resultados consistentes.

Os dados foram coletados com ajuda de um questionário *online* criado por meio da plataforma *Google Forms*, durante os meses de fevereiro e abril de 2022. Os participantes foram escolhidos a partir do conhecimento e da convivência profissional dos pesquisadores. Os questionários foram enviados a 12 profissionais do sexo feminino, com experiência profissional de 01 a 15 anos em Psicologia do Trânsito em cidades da Zona da Mata Mineira e com idades variadas. O intuito foi conhecer e analisar os desafios encontrados em sua prática profissional.

O instrumento de coleta de dados entrevista estruturada desenvolve-



se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados (GIL, 2008). Esse tipo de entrevista traz como vantagens sua rapidez, preparação menos exaustiva do pesquisador, baixo custo e a possibilidade de análise estatística dos dados dependendo do público alvo, já que as respostas obtidas são padronizadas.

A presente pesquisa também utiliza a abordagem qualitativa. De acordo

com Apolinário (2009), a pesquisa qualitativa se refere à coleta de dados por meio de relações sociais e análises não aparentes pelo pesquisador, sendo diferente da quantitativa, que trabalha com dados estatísticos. A abordagem qualitativa se faz oportuna, devido à necessidade de comparar as respostas obtidas nos questionários e de demonstrar as particularidades das diferentes maneiras de como avaliar os candidatos a condutores e/ou futuros condutores. A análise quantitativa parte do princípio da interpretação e da análise dos resultados trabalhando com os dados obtidos. Por fim, por meio das análises, a pesquisa é delimitada em conhecer os principais desafios da atuação do psicólogo no contexto em estudo, em clínicas de trânsito de cidades da Zona da Mata Mineira, verificando os recursos e condições de trabalho dos profissionais de psicologia do trânsito, visando ao planejamento das estratégias de contingências de segurança no exercício profissional. Assim, para atingir os objetivos aqui propostos, o questionário faz o levantamento da opinião das/os profissionais.

Os sujeitos da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), informando-lhes sobre todos os detalhes da pesquisa — em especial o anonimato — e sobre a sua participação voluntária, garantindo-lhes a desistência a qualquer momento da pesquisa. Sendo assim, todos os cuidados devidos foram tomados no momento da entrevista para que os sujeitos não se sentissem coagidos e não fossem afetados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados foram coletados por meio de um questionário *online* criado na plataforma *Google Forms*. Embora distribuído para 12 psicólogas e todas terem aceitado participar da pesquisa, apenas duas psicólogas responderam ao instrumento. O código de ética do Psicólogo estabelece como um de seus princípios fundamentais, a contribuição do profissional para o desenvolvimento

científico da psicologia (PSICOLOGIA, 2005). A não participação pode representar uma ausência de comprometimento com este princípio fundamental.

As psicólogas que contribuíram com a pesquisa têm idade entre 20 a 40 anos e atuam há 5 anos no mercado de trabalho. Ambas possuem especialização em Psicologia do Trânsito e trabalham em cidades da Zona da Mata Mineira. Para manter o sigilo e a confidencialidade, serão chamadas, neste trabalho, de Psicóloga 1 e Psicóloga 2.

A Psicóloga 1 tem entre 30 e 40 anos, casada, possui especialização em Psicologia do Trânsito. Atua como psicóloga há 05 anos e há quase dois como psicóloga do trânsito. A Psicóloga 2 tem entre 20 e 30 anos, é divorciada, possui especialização em Psicologia do Trânsito e em Avaliação Psicológica. Atua como psicóloga e como psicóloga do trânsito há 05 anos.

As participantes apontam para a importância da avaliação psicológica no contexto do trânsito, pontuando a importância de ser bem feita, pois “permite a inserção do condutor no tráfego, sendo uma enorme responsabilidade (Psicóloga 1). Ressaltam, ainda, a atuação preventiva, afirmando que a avaliação psicológica no contexto do trânsito “vem a contribuir de forma preventiva no trânsito, auxiliando para a redução de acidentes automobilísticos. (Psicóloga 2).

Por ainda ser comum ocorrerem acidentes no trânsito por falhas humanas (BRASIL, 2018), a percepção do profissional de psicologia sobre o comportamento humano no trânsito torna-se de fato fundamental como medida



de prevenção a tais acidentes. A avaliação psicológica pode, portanto, de forma mais precisa, apontar características desse comportamento (PAULA, 2016).

As entrevistadas analisaram também os aspectos estruturais dos locais em que são realizadas as avaliações psicológicas. Ambas participantes ressaltam que seus locais de trabalho cumprem com as exigências estruturais para realização da avaliação. A Psicóloga 1 afirma que “é um local bom, que obedece às normas exigentes”. Já a Psicóloga 2 apresenta um pouco mais de detalhes:

O ambiente tem boa localização, estruturado, segue as regras do DETRAN e do Conselho regional de psicologia, salas amplas e arejadas, com sistema acústico, recentemente passando por reforma para a adaptação e inclusão dos deficientes físicos. (PSICÓLOGA 2)

Conforme o DETRAN-MG, a estrutura física das clínicas para avaliação psicológica deve possuir, como estrutura mínima, sala para aplicação coletiva dos testes com boa ventilação, iluminação natural ou fria e mobiliário adequado e confortável para os candidatos. A sala para entrevistas individuais deve preservar o sigilo do candidato. (DETRAN-MG, 2019).

No entanto, as candidatas apontam também algumas dificuldades encontradas na estrutura física, como faltas de mesas adaptadas, dificuldades em questões sonoras, etc. A *Psicóloga 2* relata sobre a inclusão de deficientes físicos nos locais, pois “a maioria das clínicas não tinham essa estrutura e só agora que é cobrado em lei, está tendo a possibilidade de adaptação a este grupo” (Psicóloga 2).

As entrevistadas apontaram como testes utilizados: TEACO; TEADI, Palográfico e Beta, além de entrevista estruturada.

O TEACO, segundo Batista (2022), oferece possibilidades de mensurar a atenção concentrada através da marcação ou omissão de estímulos. (BATISTA, 2022).

Quanto ao TEADI, trata-se de um teste que avalia a Atenção Dividida. É verificada a capacidade do candidato de localizar dois ou mais estímulos,



simultaneamente em um tempo estabelecido previamente, tendo que, para isso, eliminar fatores distratores (RUEDA, 2017).

Já o Palográfico, refere-se a um teste de personalidade, projetivo, no qual o candidato projeta, por meio da elaboração de palos durante um determinado tempo, características de sua personalidade como aspectos de ansiedade, agressividade, produção, entre outros. (ALVES e ESTEVES, 2009).

Por sua vez, o teste BETA refere-se à análise de aspectos cognitivos. Trata-se de um teste que verifica a capacidade e habilidade de resolução de problemas e mensura a velocidade do processamento do pensamento. É um

teste não verbal, dividido em uma parte matricial e outra parte de códigos. Além da capacidade de criar estratégias para a solução de problemas, avalia também aspectos visio motores, organização espacial e visual. (KELLOG; MORTON, 2011)

Sobre os instrumentos utilizados para a avaliação psicológica no trânsito, em relação às dificuldades e desafios apontados, as participantes apresentam a questão do nível de escolaridade dos candidatos. Sobre essa questão, a Psicóloga 1 ressalta que:

As tabelas de normas não são adequadas para todos os estados e o nível de escolaridade da pesquisa é bem diferente da realidade que seria do interior de Minas Gerais, o que desencadeia uma dificuldade maior para a cotação quando levado em consideração a realidade do sujeito. (PSICÓLOGA 1)

Ao considerar as dificuldades encontradas, a Psicóloga 2 relata:

O público vê os psicólogos como “doidos” então quando as pessoas chegam à avaliação já entre com resistência, pois ele acha que se não passar no exame ele é doido, e isso dificulta um *rapport* entre o candidato/conductor e psicólogo. (PSICÓLOGA 2)

Conforme a resolução vigente, os aspectos a serem avaliados para a habilitação no trânsito dizem respeito à atenção, personalidade e aspectos cognitivos. No entanto, é importante, também, como ressalta a resolução, que sejam consideradas as entrevistas individuais. Nelas, o profissional pode e deve considerar os aspectos e contextos sociais que cada sujeito apresenta. (DETRAN-MG, 2019).



Os programas de educação do trânsito apresentam pouca eficácia e que deveria ter mais punições no trânsito, a atuação do psicólogo poderia ser mais constante para conscientização e especialização de todos para o trânsito. (PSICÓLOGA 1)

A eficácia dos programas de educação do trânsito se dá por meio de conscientização de muitos condutores/candidatos do que é o trânsito e ainda precisa ser bem trabalhado para que esta informação chegue a todos. Realizamos organizações de palestras sobre emoção no trânsito, pois há uma necessidade que as pessoas saibam como elas sentirão diante situações estressantes como no trânsito e como deve reagir a este “mix” de emoções. (PSICÓLOGA 2)

Por fim, as psicólogas responderam sobre a consideração de inaptidão para condutores na avaliação psicológica. Apresentaram as situações mais comuns que representam empecilhos para que o candidato continue seu processo de habilitação. Nesse sentido, a psicóloga 1 ressalta que a dificuldade de atenção e alguns traços de personalidade podem representar obstáculos para o candidato, levando-o a, posteriormente, repetir a avaliação psicológica. A psicóloga 2 complementa:

O nível de atenção, pois se estiver muito baixo, remete um sujeito com dificuldade de concentração e isso no trânsito pode ocasionar a mortes. Também é avaliado personalidade do sujeito, se é sujeito agressivo e impulsivo, no trânsito é uma pessoa que pode vir a colocar em risco sua vida e a de outros. A entrevista também nos traz informações de como é aquela pessoa, se tem histórico de transtornos mentais ou faz uso de medicações psicoativas (em caso do não apto temporário) e em caso do não apto definitivamente, pode ser exemplo a pessoas que tenha esquizofrenia e não esteja em tratamento. (PSICÓLOGA 2)

Assim, observa-se que o processo de avaliação dentro da psicologia do trânsito torna-se indispensável para a compreensão das habilidades e o objetivo de medir traços da personalidade do sujeito que irá tirar a CNH. Os testes são utilizados como um recurso de auxílio para tal fato. Esse processo torna-se essencial para a diminuição de acidentes futuros. E é necessária, também, a disponibilização de um ambiente livre de interferências externas que possam interferir no resultado do teste. O profissional deve estar bem



qualificado para a aplicação da avaliação, lembrando-se sempre dos direitos e deveres tanto do avaliado, quanto do avaliando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, abordamos sobre a avaliação psicológica no contexto do trânsito. Apesar da pouca atuação do profissional psicólogo (a) nessa área, percebe-se que seu trabalho é de extrema importância, evidenciando o quão necessário é esta etapa de aprovação para a obtenção da CNH.

Na avaliação psicológica de trânsito, as investigações dos fenômenos

psicológicos são de suma importância, pois proporcionam indicadores para a tomada de decisões em relação às condições desse indivíduo estar apto ou inapto para dirigir. Sendo assim, a avaliação psicológica tem por finalidade contribuir para promover a segurança dos motoristas, já que o psicólogo é um dos responsáveis pela liberação do candidato para a direção de veículos automotores.

Sabe-se que, para os candidatos à Carteira Nacional de Habilitação (CNH), a entrevista individual e os testes psicológicos são obrigatórios para a realização da avaliação psicológica. Entre os instrumentos psicológicos utilizados para a avaliação psicológica encontram-se os testes psicológicos, entrevistas, questionários e observações.

A partir do exposto, evidenciou-se a relevância da entrevista no processo de avaliação psicológica, pois percebeu-se que ela não é testagem, mas um processo mais complexo. Evidenciou-se, portanto, que a entrevista é um dos mais importantes instrumentos desse processo, conferindo ao psicólogo a possibilidade de escolher adequadamente os demais instrumentos. Assim, aumenta-se a eficiência e a segurança dos resultados, além de proporcionar diversas outras contribuições valiosas, tanto para a tomada de decisão do profissional quanto para os efeitos desse processo na vida do indivíduo avaliado.



Segundo essa pesquisa, constatou-se que psicólogos do trânsito se limitam somente a avaliação psicológica no processo da retirada da CNH, não sendo motivados a desenvolver novos projetos com um enfoque ao trabalho fora das clínicas especializadas. Isso ocorre apesar de esses profissionais terem consciência de sua capacidade em atuar de outras formas. Um exemplo é a consultoria após a retirada da CNH, tanto nas empresas de transporte quanto para aqueles que desejasse ter um bom convívio com trânsito.

Outro ponto evidenciado dentro do presente trabalho foi o caráter preventivo dessa área da psicologia. Existe a exigência de motoristas passarem por uma psicóloga do trânsito antes de poderem trafegar livremente e isso faz com que diversos perfis passem pela avaliação, ajudando a conter futuros

acidentes.

Levando em conta as considerações feitas durante o desenvolvimento do estudo, torna-se possível verificar a importância do profissional da área da psicologia do trânsito e o seu papel, sobretudo, como agente para a prevenção de acidentes no trânsito.

Finalizando, a pesquisa foi elaborada para entrevistar 12 profissionais da área de psicologia do trânsito, todavia obtivemos êxito apenas com 2. A partir disso, pode-se deduzir que há, em alguns profissionais, uma falta de comprometimento em fazer psicologia enquanto ciência. Muitas vezes o profissional fica mais focado na profissão do que na questão de fazer psicologia enquanto ciência.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. A., GOMES, J. O. Contribuições da psicologia do trânsito: considerações sobre educação para o trânsito e formação profissional. **Revista científica da FAMINAS**. V.2, n.1, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.faminas.edu.br>> Acesso em: 29 de out de 2020.

ALVES, I.C.B.; ESTEVES, C. **O Teste Palográfico na avaliação da**

personalidade. Manual. São Paulo: Vetor Editora. 2009.

Fórum Acadêmico da Univértix

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Raquel Pinheiro. **Avaliação da atenção concentrada e sustentada em motoristas idosos**. 2022. Disp.: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34787/3/Avalia%C3%A7%C3%A3oAten%C3%A7%C3%A3oConcentrada.pdf>. Acesso em 22 Mai. 2022.

BORSA, Juliane Callegaro. Considerações sobre a formação e a prática em avaliação psicológica no Brasil. **Temas em Psicologia**. v. 24. n. 1. 2016.

BUENO, José Maurício Haas; PEIXOTO, Evandro Morais. Avaliação Psicológica no Brasil e no Mundo. **Psicol. Ciênc. Prof.**, Brasília, v. 38, n. spe, p. 108-121, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000400108&lng=en&nrm=iso>

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Institui normas e procedimentos para aperícia psicológica no contexto do trânsito e revoga as Resoluções CFP nº 007/2009 e 009/2011**. 2019. Recuperado de <http://www.in.gov.br/materia/>-

Conselho Federal de Psicologia. (2018). **Resolução N° 009, de 25 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo.

Contextos de Atuação: Possibilidades na relação Teoria e Prática.

Faculdade metropolitana de Fortaleza, 2016. Disponível em :< revista.fametro.com.br> Acesso em: 10 de agosto de 2020.

DETRAN-MG. Departamento de Trânsito de Minas Gerais. **Portaria 2.013, de 12/11/2019**. Disp.: <https://www.detran.mg.gov.br/sobre-o-detran/legislacao/portarias-do-detran-mg/exibir-portaria/60577/000000/O/2019/1/2013> acesso em mai. /2022.

DIÁRIO OFICIAL. Poder Legislativo-PL 377. Diário Oficial, São Paulo, v. 118, n. 97, 29 maios 2008. Poder Executivo, p. 13.

DIÁRIO OFICIAL. **Resolução nº 1, de 7 de fevereiro de 2019**. Acesso em: 06 de jun. de 2022. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/62976927/do1-2019-02-12-resolucao-n-1-de-7-de-fevereiro-de-2019-62976886/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/62976927/do1-2019-02-12-resolucao-n-1-de-7-defevereiro-de-2019-62976886. Acesso em: 22 set.

Fórum Acadêmico da Univértix

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Em busca do castelo interior: Roger Bastide e a psicologização no Brasil. In: Duarte, Luiz F.D.; Russo, Jane; Venâncio, Ana Teresa (Ed.). **Psicologização no Brasil: atores e autores**. Rio de Janeiro: Contracapa.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gouveia, V. V. *et al.* Atitudes frente à avaliação psicológica para condutores: perspectivas de técnicos, estudantes de psicologia e usuários. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 50-59, jun. 2002.

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. (Org.). **Psicometria**. Porto Alegre: Artmed, 2015

KELLOG, C.E., MORTON, N.W. **Manual Técnico Teste não-verbal de**

Inteligência Geral – Beta-III. São Paulo, SP. Casa do Psicólogo, 2011.

MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada**. Londrina: Eduel, 2003. p. 11-25.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTOS, Larissa Façanha. SILVA, Rafael Sousa. **Avaliação Psicológica e Metodologia da Pesquisa**. Publicações do IF-SC, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

Paula, J. C (2016). **Psicologia do Tráfego: Características e desafios no contexto do Mercosul**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia

PAULA, J. C **Psicologia do Tráfego: Características e desafios no contexto do Mercosul**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. [S./]. 2016.

PAULA, Jessyca Bennand de. **Avaliação da atenção e suas contribuições no contexto do trânsito**. Instituto de Pós-Graduação - IPOG Maceió, julho/2018. Disponível em: <<https://ipog.edu.br>> Acesso em 10 de agosto de 2020.



Matipó/MG

XV FAVE

PRIMI, R. (2014). Avaliação psicológica e trabalho. In Bendassoli, P. A., & Borges-Andrade, J. (Org.). **Dicionário de Psicologia do trabalho e das organizações**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

PRODANO, C.C; FREITAS, E.C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE2013.

PSICOLOGIA, Conselho Federal De. **Código de ética profissional do psicólogo**: Resolução 10/2005. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

Revista: Psicologia: Teoria e Prática. PUC, Campinas-SP. v.1, n.1, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>> Acesso em: 14 de agosto de 2020.

RUEDA, Fabián, J.M. Evidências de validade de critério para testes de atenção na avaliação psicológica no contexto do trânsito. In **Avaliação Psicológica**, 2017, v.16, n.2, pp. 223-240. Disp. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v16n2/v16n2a15.pdf>, acesso em 22 MAI, 2022.

SAMPAIO, Maria Helena de Lemos. NAKANO, Tatiana de Cássia. Avaliação Psicológica no Contexto do Trânsito: Revisão de Pesquisas Brasileiras. 2005. Disponível: <https://www.scielo.br/> > Acesso em 28 de out de 2020

SILVA, F. H. V. C.; ALCHIERI, J. C. **Avaliação psicológica da personalidade de condutores: uma revisão de literatura**. PsicoUsf, Itatiba, v. 12, n. 2, p. 89-196, dez. 2007.

SILVA, Hustane Oliveira Martins da. As Contribuições da Avaliação Psicológica no Contexto do Trânsito. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. v.6, n.3, pp. 123-134, junho de 2018.

SILVA, Hustane Oliveira Martins da. As Contribuições da Avaliação Psicológica no Contexto do Trânsito. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**.v.6, n.2, 2018.

SILVA, N. M. M. ALENCAR, A. C. S. de. Avaliação psicológica: Uma revisão sistemática da produção brasileira na última década. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**., v.2, n.5, p. 62-76. Abril de 2020.

SILVEIRA, Regina de Cláudia; FLÔR, Rita de; MACHADO, Rosani Ramos.



Matipó/MG

XV FAVE

Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos -SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017. Brasília, DF